

# HOMOFOBIA MATA: DO DESCONHECIMENTO À CUMPLICIDADE

Daliana Vieira Marques<sup>1</sup>

Mayara Carvalho de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo promover a discussão sobre como tem sido encarada a violência direcionada não só às pessoas com orientação sexual homoafetiva, mas às pessoas que, de alguma forma, possuem grau de parentesco e/ou proximidade afetiva com homossexuais e que sofrem (ou sofreram) agressões físicas e/ou psicológicas no espaço escolar. Sendo assim, tratamos de questionar (e, na mesma medida, apontar alternativas) como são tratados os casos de homofobia velados ou explícitos dentro da escola. Nossa intenção com este artigo é propor uma revisão dessas culturas e políticas de exclusão para com essas pessoas, além de sugerir práticas que visem tratar desse assunto (ainda tabu) de maneira a tornar a instituição escolar um espaço de inclusão que eduque as pessoas (também e principalmente) para respeitar as diferenças.

**Palavras-chave:** Homofobia. Escola. Inclusão. Exclusão. Educação.

## Introdução

*A repulsa e o desrespeito a diferentes formas de expressão sexual e amorosa representam uma ofensa à diversidade humana e às liberdades básicas garantidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal.*  
(Texto retirado da Organização Guia de Direitos)

Quantas pessoas precisarão morrer para que nós cidadãos, sociedade, Estado, Seres Humanos encaremos o fato de que a homofobia mata todos os dias? De acordo com o levantamento feito pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), só em 2013 foram contabilizados 312 assassinatos, mortes e suicídios de gays, travestis, lésbicas e transexuais brasileiros vítimas de homofobia e transfobia. Dados como esse demonstram, para além da morte física, a morte social desse grupo de pessoas.

De acordo com Gurgel (2007), a morte social de um indivíduo está ligada à “ruptura todas as vezes que uma pessoa deixa de pertencer a um grupo dado” (p. 61). Assim, entendemos a morte social, no presente artigo, quando o indivíduo tem seus direitos interditados socialmente, isto é, quando, antes de morrer fisicamente, ele já vivenciava uma morte social no sentido de ter sua convivência em determinado grupo privada por motivos diversos, dentre os quais damos enfoque à homofobia.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – [daliana.marques@yahoo.com.br](mailto:daliana.marques@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – [mayoliveira\\_05@yahoo.com.br](mailto:mayoliveira_05@yahoo.com.br)

Ademais, a pesquisa *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil – Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais*, publicada em 2009, revela que a escolaridade desponta como fator mais determinante na diminuição da homofobia, visto que apenas 10% dos entrevistados com Ensino Superior manifestam comportamentos homofóbicos. De acordo com Gustavo Venturi, sociólogo e coordenador da pesquisa, o que contribui para a escola ser um dos fatores determinantes para a diminuição do preconceito, além dos PCNs<sup>3</sup> que atuam como um filtro dos conteúdos didáticos, é o fato de a mesma ser um espaço de socialização maior e mais complexo que a família porque permite a convivência diária com a diversidade.

Se por um lado algumas pesquisas demonstram que a escolarização interfere diretamente na desconstrução de preconceitos, por outro, pesquisas como a Juventude e – Sexualidade, promovida pela UNESCO, em 2004, entre alunos do ensino fundamental e médio de escolas de 14 capitais brasileiras, demonstram que um em cada quatro estudantes não gostaria de ter um colega de classe homossexual. Além disso, de acordo com *O perfil dos professores brasileiros*, 59,7% dos docentes acreditam ser “inadmissível” a experiência homossexual.

Pensando nisso, esse artigo pretende discutir a questão da homofobia dentro das instituições de ensino e mostrar que, diferentemente da omissão que vemos em muitos casos, a escola pode e deve ser um espaço mais democrático e de respeito à diversidade. Em que medida a escola, na condição de formadora de cidadãos para a sociedade, pode lançar mão de práticas que revisitem as culturas e políticas da própria instituição e, também, dos atores que compõem essa comunidade, a fim de minimizar (e, em um plano mais ideal, mas possível, acabar com) as exclusões sofridas por esse grupo (ainda) marginalizado?

### **De que forma a instituição de ensino pode interferir diretamente na vida dessas pessoas?**

O preconceito é um dos fatores fundamentais para a evasão escolar por parte de aluno/as homossexuais, travestis e transgêneros que, hoje, presenciamos nas escolas brasileiras. É ele, manifestado em forma de piadas, descaso e *bullying* que expulsa o/a aluno/a da escola, lugar dele/a por direito. Isso acontece porque, na ausência de políticas que lidem com essa questão, a escola passa a se tornar um local hostil para as populações (minorias) que sofrem com esse tipo de discriminação.

---

<sup>3</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais

No caso específico da homofobia, em 2009 foi realizada pela ONG Reprolatina uma investigação em 11 capitais brasileiras que revelou que a escola homofóbica é responsável não só pela evasão escolar, mas pela tristeza, isolamento, depressão e, em casos mais extremos, suicídio.

Esse levantamento comprova que, ainda que sejam constatados os casos de homofobia dentro da escola, os mesmos são minimizados e naturalizados por meio de piadas e “brincadeiras” que tornam o/a aluno/a excluído/a para a comunidade escolar. E é aí que entra a escola que se torna, muitas vezes, cúmplice desses (e tantos outros) casos, seja pelo desconhecimento ou pela omissão. De acordo com Dinis (2011):

Na escola o *bullying homofóbico* tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar (p. 42 e 43).

Segundo Borges et al (2011), *bullying* homofóbico é “aquele realizado igualmente por crianças, jovens e adolescentes que, por meio de uma violência simbólica<sup>4</sup> e/ou física, insinuam, criticam e excluem” (p. 23). Assim, esse comportamento faz com que a criança e/ou adolescente tenha um sentimento de não pertencimento ao grupo hegemônico heterossexual, levando-os a uma sensação de desconforto tamanha que faz com que muitos deixem a escola.

O silenciamento da escola, compartilhado por professores e gestores, se traduz, muitas vezes, em omissão na medida em que estudantes sofrem com agressões físicas e/ou verbais dentro do espaço escolar e os educadores persistem em evitar a abordagem do tema da diversidade sexual e de gênero nas escolas. E esse silenciamento encontra respaldo nas leis brasileiras que não possuem um posicionamento firme em relação aos crimes de ódio. Além disso, a mídia e as autoridades responsáveis não só endossam essas omissões como as ornamentam com outros argumentos quaisquer que não a homofobia propriamente dita, como foi o caso do menino Peterson Ricardo de Oliveira, de 14 anos, que morreu após ser agredido na escola por ter pais gays.

O caso ocorreu em 2015, na Escola Estadual Doutor José Eduardo Vieira Raduan, situada em São Paulo. Segundo a prima da vítima, o menino já havia sofrido perseguição por parte dos colegas dias antes, situação que, de acordo com a mesma, já era recorrente há algum tempo. Peterson, por sua vez, nunca contou nada aos pais por

---

<sup>4</sup> Pierre Bourdieu (1989).

medo da reação dos colegas da escola que, no dia 5 de março do presente ano, o agrediram com socos e pontapés. Assim, quatro dias após o ataque, tendo passado por um coma, hemorragia cerebral e parada cardiorrespiratória, o menino veio a óbito.

A partir do fato, surgiram diferentes versões para o motivo da morte de Peterson. Se por um lado consta no boletim médico do Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo que o menino se encontrava “em coma após dois episódios de parada cardiorrespiratória” em consequência da agressão, por outro a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo nega que Peterson tenha sofrido agressão dentro da escola, alegando que o adolescente teria se sentido mal dentro do colégio antes de ser transferido para o hospital.

Não obstante, a prima da vítima afirmou em entrevista que “A Secretaria está omitindo o caso e só vai assumir quando o delegado bater o martelo”. Porém, o delegado titular da Delegacia de Homicídios de Itaquaquecetuba responsável pelo caso afirmou que “Ele brigou com alguns garotos na entrada da escola e passou mal quatro horas depois. Ele já tinha um aneurisma. Não podemos afirmar que ele passou mal por conta da briga”.

Analisando o enredo desencadeado pela briga na escola, percebemos um cenário claro (e comungado tanto pela Secretaria como pela autoridade responsável pelo episódio) de omissão. A Secretaria passa a responsabilidade para as mãos do delegado e ele, por sua vez, retira dos ombros o “peso” de lidar com um (dentre tantos outros) caso(s) de homofobia dentro de uma escola pública de seu Estado quando diz não ser possível afirmar que o menino tenha passado mal em decorrência da briga.

Peterson estudava desde os seis anos na escola e há alguns anos era perseguido por ser filho de um casal homossexual. Durante esse tempo todo, é possível que nenhum funcionário da escola tenha notado que ele sofria *bullying* homofóbico? Esse menino foi um dos muitos alunos invisibilizados pela escola e, mais que isso, um exemplo real de que a homofobia mata. Todas as instâncias superiores se calaram diante da barbárie ocorrida dentro de um espaço público, camuflando o verdadeiro motivo da morte de Peterson em detrimento da prerrogativa de que, no Brasil, homofobia não existe.

Entretanto,

a escola, junto com a família e a mídia, constitui um forte agente na construção de parte significativa dos conceitos e preconceitos das novas gerações. E parte desses conceitos e preconceitos remete justamente às novas identidades sexuais e de gênero e aos novos modelos familiares que habitam o mundo contemporâneo (DINIS, 2011, p. 47).

Se não for papel da escola discutir, para além dos temas que trazem somente a norma da heterossexualidade concebida como normal e universal, excluindo todas as outras sexualidades, temas como a diversidade sexual e de gênero, caberá a quem assumir esse papel na condição de formadora de cidadãos para o mundo contemporâneo? Nesse sentido, Louro (2000) nos lembra que

Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. **O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância** (p. 30, grifo nosso).

Assumindo essa postura, não só a escola como todos os envolvidos nesse caso (e em tantos outros) atuam, de acordo com Baptista (1989) apud Dinis (2011), como “amoladores de faca”, isto é, embora não empunhem a faca que subtrai todos os dias a vida de representantes dessas minorias sexuais no Brasil, eles a amolam no momento em que não incentivam a discussão das sexualidades dentro da escola, uma vez que é ela que possibilita a convivência diária com a diversidade. Ademais, a omissão em um caso como esses faz da escola, e de todos os sujeitos envolvidos, cúmplices de um atentado contra a vida de uma criança por ser filha de um casal gay.

Antes de morrer de parada cardiorrespiratória, Peterson já estava morrendo socialmente há anos sem que nenhuma providência fosse tomada por parte da escola em que ele estudava. E hoje, devido a mais essa omissão, a mais esse caso de homofobia levado ao extremo, Peterson é mais um número que preenche os dados de mortes por homofobia no Brasil, sendo ele apenas um menino que morreu pela ignorância, preconceito e desconhecimento dos demais colegas e seus familiares.

Assim, diante do exposto, propomos, por meio deste artigo, uma reflexão das culturas, políticas e práticas que envolvem a comunidade escolar como um todo. Isso quer dizer que propomos um exercício de reflexão que possibilite a revisão de culturas que estejam enraizadas nas escolas brasileiras, a construção de políticas de inclusão para todos que tragam de volta a visibilidade para tantos ‘Petersons’ que se encontram espalhados pelo Brasil (e pelo mundo) e a orquestração de práticas que permitam aos alunos, pais, professores, gestores e funcionários de uma comunidade escolar se sentirem todos os dias abraçados, acolhidos e verdadeiramente incluídos nesse espaço.

## Como entendemos a inclusão

O Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação – LaPEADE - tem como missão “apoiar e promover a participação e a diversidade em educação nas dimensões culturais, políticas e práticas das instituições e sistemas educacionais e contribuir para o desenvolvimento, disseminação e acompanhamento do conhecimento científico-acadêmico de inclusão em educação” (LaPEADE, 2003 – Missão).

Dessa forma, acreditamos que o desconhecimento e o não reconhecimento destas três dimensões básicas da vida humana e social (culturais, políticas e práticas) permite que sejam criadas barreiras à participação, tanto por parte das Instituições como de seus sujeitos. Contudo, para nós

[...] a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer, educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em *todas* as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão refere-se, portanto, a todos os esforços no sentido de garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito e sobre a qual ele tem deveres (SANTOS, 2009, p.12, grifo do autor).

De acordo com Santos (2004), esta perspectiva considera, em consonância com o que propõe Sawaia (2001), que inclusão e exclusão são processos interligados que coexistem em uma relação dialética que, por sua vez, gera subjetividades específicas que “não se explicam apenas pela determinação econômica, mas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual” (p. 3). Em outras palavras,

[...] a exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é falha do sistema; ao contrário, é produto de seu funcionamento (SAWAIA, 1999, p. 19 apud SANTOS, 2004).

Lugarinho (2010) afirma que, apesar de toda a discussão em torno dos direitos humanos, poucos Estados (ou nenhum) possuem a efetivação evidente de uma política interna que promova esses direitos em seus interiores, de modo que, mesmo nas nações mais ricas do mundo,

[...] faltam políticas claras para a recepção de populações oriundas de movimentos de emigração ou para outras formas de minorias que não

comungam imediatamente dos ideais de homogeneização que se encontram no cerne da formação do Estado-nação moderno. Porque certo é que, enquanto o modelo de Estado estiver calcado no modelo da nação homogeneizada e identificada por etnias ou por certas práticas culturais, haverá a **exclusão de indivíduos e grupos de seus direitos fundamentais** (LUGARINHO, 2010, p. 62, grifo nosso).

Se por um lado a nossa Constituição Federal não cita a homofobia diretamente como um crime, apenas definindo como “objetivo fundamental da República” (art. 3º IV) “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação”, por outro lado nós acreditamos na importância de olhar e tratar a homofobia como uma questão mais séria, visto que, a cada 28h, morre um LGBT no Brasil (dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia, 2013).

Dessa forma, o que propomos é um trabalho de revisitação diária de nossas culturas, políticas e práticas a fim de as modificarmos e com o intuito de transformar o espaço escolar (e todos os outros espaços da nossa sociedade) em um espaço de educação (também e principalmente) para respeito das diferenças. Segundo o Index para a Inclusão (BOOTH e AINSCOW, 2002), culturas são

[...] modos relativamente permanentes de vida que criam comunidades de pessoas, e são construídos por elas. As culturas são estabelecidas e expressas através da linguagem e dos valores, em histórias, conhecimento, habilidades, crenças, textos, arte, artefatos [...] Elas contribuem para a formação de identidades, de forma que as pessoas veem a si mesmas como refletidas nas atividades do grupo, e afirmadas por meio delas. [...] Na condição de identidades, as culturas são formadas de múltiplas influências interagindo e, portanto, são complexas. [...] Usamos culturas para refletir essa pluralidade (p. 46).

São os valores inclusivos de cultura que orientam, pois, as decisões acerca das políticas e das práticas a cada momento, de modo que o desenvolvimento é coerente e contínuo. Já as políticas são as que garantem que

[...] a inclusão permeie todos os planos da escola e envolva a todos. [...] Elas encorajam a escola a atingir todas as crianças na localidade e minimizam as pressões exclusionárias. As políticas [...] envolvem todas as atividades que aumentam a capacidade da ambientação de responder à diversidade dos envolvidos nela, de forma a **valorizar a todos igualmente** (idem, p. 46, grifo nosso).

Por fim, em poucas linhas, as práticas têm a ver com o desenvolvimento do “que se ensina e aprende, de forma a refletir valores e políticas inclusivos” (idem, p. 46). Cabe ressaltar que essas três dimensões da vida humana ocorrem e concorrem

simultaneamente em qualquer contexto da vida e/ou escolar e podem ser, em muitos momentos, contraditórias entre si (SILVA et. al, 2005, p. 2).

Nesse sentido

A escola [...] deve ter como uma de suas propostas contribuir para a transformação da sociedade no sentido de torna-la menos desigual e mais democrática. Um espaço democrático por direito deve refletir sobre formas de inclusão social, de modo que os sujeitos participem de seu grupo social e usufruam as possibilidades que as instituições e o Estado oferecem. Nesse contexto, a escola deve viabilizar a construção de culturas, políticas e práticas inclusivas (idem, p. 1).

### **A instituição escolar como um espaço de respeito às diferenças**

No caminho inverso da escola de São Paulo, que não manteve um posicionamento em relação ao ocorrido, no ano passado o Colégio Pedro II (reconhecido nacionalmente por ser uma escola de excelência no Rio de Janeiro) enfrentou uma situação que poderia ter tido um final trágico, tal como o de Peterson, mas que optou por trazer para dentro da escola o debate sobre gênero e sexualidade, saindo do lugar da omissão pura e simples para o lugar do diálogo.

Em agosto de 2014 um dos alunos, ao chegar à escola, vestiu uma saia. Normalmente o uniforme é saia para as meninas e calça para os meninos. Segundo uma das gestoras, essa é uma questão que está, inclusive, sendo revista dentro do código de ética discente da escola. Contudo, no momento em que o menino vestiu a saia na escola, a primeira atitude foi pedir para que ele a retirasse e vestisse o uniforme masculino e ele o fez. De acordo com a gestora:

Ele chegou com a roupa dele, com o uniforme da escola e se trocou. E aí, o que aconteceu, me chamaram... Eu estava lá em cima, porque a direção fica no terceiro andar e as aulas são no segundo andar. Aí o coordenador de disciplina ligou e falou “Regina, tem um rapaz aqui, um caso de um aluno que está de saia, está em sala de saia”. Falei “Ai meu Deus”. Aí, tá bom, eu desci e o outro inspetor foi lá e tirou o menino da sala e a gente ficou conversando. Aí eu perguntei por que é que ele tinha feito isso... A primeira pergunta foi essa: “Você saiu de casa assim?” Ele: “Não”. “Por quê?” “Porque meus pais não iam deixar”. (...) Aí ele trocou de roupa, colocou o uniforme, mas isso gerou, vamos dizer, esse descontentamento... Uma crítica, não é, vamos dizer, de alguns alunos (Entrevista com a gestora em 1 de abril de 2015).

Assim, diante disso, desse descontentamento com a postura da direção, alguns alunos da escola promoveram o que eles denominaram “saiato”, no dia 02 de setembro, que foi um movimento por parte dos alunos em que eles foram, meninos e meninas,



vestidos de saia, a fim de promover, na escola, uma grande manifestação em favor da diversidade sexual.

Foi um grupo de alunos, alunos e alunas, e aí eles foram conversar, foram falar com a direção, com os outros diretores... Tem a diretora geral e dois adjuntos, eu sou a pedagógica, e aí eles queriam fazer uma manifestação muito grande e aí foi sugerido que eles entrassem na escola e que dessem uma circulada dentro da escola, até por conta do receio de sofrer alguma represália, alguma manifestação, alguma coisa violenta por parte de outras pessoas que não iam entender nada, pessoas que estavam olhando de fora (Entrevista com a gestora em 1 de abril de 2015).

Posterior a esse ato dos alunos, em que eles foram circulando pelas dependências da escola e distribuindo cartazes, a direção se mostrou aberta ao diálogo para eventuais ajustes nas regras de uso do uniforme. Uma das alunas, representante do Coletivo LGBT da escola, falou em entrevista:

O Saiato não foi para apoiar apenas o aluno, mas para protestar contra os padrões impostos pela sociedade de que existe roupa de menino e de menina. E se um cara quiser usar saia? Vão proibi-lo por qual motivo? Não é a mesma coisa se proibíssemos uma mulher de usar calça comprida?<sup>5</sup>

Assim, o Reitor da escola convocou duas reuniões para “tentar discutir, instituir ou fazer uma política institucional de gênero e diversidade sexual”<sup>6</sup>, de modo que foram surgindo ideias de promover oficinas e levá-las a todos os campi da escola. Além disso, a diretora encarregada da parte pedagógica convidou o professor e doutor da UFRJ José Guilherme de Oliveira Freitas, cuja tese de doutorado foi pautada em questões de gênero e diversidade sexual, para fazer uma roda de discussão com os alunos em torno desse tema. Essa conversa repercutiu de maneira tão positiva na escola que os alunos militantes (representantes do Coletivo LGBT e do Coletivo Feminino 3x4) criaram um grupo de discussão sobre diversidade sexual e de gênero.

No início do presente ano, o colégio promoveu uma aula magna, isto é, uma aula inaugural pautada no tema da diversidade sexual e de gênero, cujo palestrante, Rogério Diniz Junqueira, pesquisador do Inep<sup>7</sup>, falou sobre “Cotidiano escolar, currículo e heteronormatividade: desafios para uma educação de qualidade para todos”. De acordo com a gestora entrevistada, essa aula lotou o auditório, que possui capacidade de 500

---

<sup>5</sup> Entrevista disponível em: <http://capricho.abril.com.br/vida-real/verdade-saiato-protesto-alunos-foram-saia-escola-799738.shtml>

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.cp2.g12.br/ultimas\\_publicacoes/211-noticias2015/2481-aula-magna-2015-cpii-coloca-em-foco-diversidade-sexual-e-de-g%C3%AAnero.html](http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/2481-aula-magna-2015-cpii-coloca-em-foco-diversidade-sexual-e-de-g%C3%AAnero.html)

<sup>7</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

pessoas, e o Reitor, Oscar Halac, ressaltou em sua fala de abertura a importância da escola, construída para um modelo padrão, superar o preconceito e criar uma ruptura com as relações hegemônicas, de modo que foi categórico ao afirmar que “para que isso ocorra, é necessário o aprofundamento do debate acerca da diversidade” e que, por esse motivo, incluiu na sua gestão “o enfrentamento do tema que nos tiram da zona de conforto”.

Casos como o do Colégio Pedro II nos permitem refletir sobre como a postura da escola influencia na vida de seus alunos. A primeira reação da gestão foi excludente, no sentido de não conseguir lidar com o fato de haver um aluno, do sexo masculino, trajando uma saia (uniforme feminino) dentro das dependências da escola. Entretanto, ao trazer esse questionamento, aliado à crítica manifestada pelos alunos por meio do “saiato”, para dentro da gestão e colocar em discussão esse assunto tão camuflado, a escola se permitiu, e permitiu aos alunos, uma segunda chance (que o menino Peterson não teve) de fazer diferente.

Não podemos, contudo, nos esquecermos da realidade que cerca essas duas escolas, pois apesar de ambas serem escolas públicas, a primeira é de responsabilidade do Estado de São Paulo enquanto a segunda é uma escola tradicional de responsabilidade do Governo Federal. A primeira escola encontra-se situada em uma periferia de São Paulo, enquanto a segunda recebe seus alunos por meio de concurso.

Não pretendemos, com isso, desresponsabilizar a escola estadual nem tão pouco inferiorizá-la ou assumir uma postura de que, por se tratar de uma escola que recebe um público diferenciado, não seria capaz de lidar com essas questões que, apesar de permearem todo o espaço escolar, ainda se mantêm tabus em muitas situações. Mas há de se colocar em questão a ausência de políticas estaduais e municipais que incentivem o desenvolvimento do pensamento mais crítico dentro das escolas públicas brasileiras ou que, pelo menos, exijam da escola um posicionamento diante de casos como o de Peterson.

Como nos lembra Foucault,

Vivemos todos, há muitos anos, no reino do príncipe Mangoggul: presa de uma imensa curiosidade pelo sexo, obstinados em questioná-lo, insaciáveis a ouvi-lo e ouvir falar nele, prontos a inventar todos os anéis mágicos que possam forçar sua discrição. (...) é como se esse animal extravagante a que damos guarida tivesse uma orelha bastante curiosa, olhos bastante atentos, uma língua e um espírito suficientemente benfeitos, para saber demais e ser perfeitamente capaz de dizê-lo, desde que solicitado com um pouco de jeito. (...) Escondido, o sexo? Escamoteado por novos pudores, mantido sob o alqueire pelas mornas exigências da sociedade burguesa? Incandescente, ao contrário. Foi colocado, já há várias centenas de anos, no centro de uma

formidável *petição do saber*. Dupla petição, pois somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto que ele é suspeito de saber a quantas andamos nós” (FOUCAULT, 2014, p. 85 e 86, grifo do autor).

Essa questão do sexo e da sexualidade encontra-se presente na escola desde os primeiros anos. Porém, enquanto a escola persistir, mesmo na atualidade, em viver no reino do príncipe Mangoggul, omitindo as questões que envolvem a sexualidade, tão afluída nesse período que compreende a infância e a adolescência, seguirão existindo casos como os de tantos ‘Petersons’ que tiveram suas vidas interrompidas pelo desconhecimento, pela ignorância e pelo descompromisso da escola (e da família) em lidar com questões que, muitas vezes, “são reduzidas ao mundo da vida privada” (DINIS, 2011, p. 48) por divergirem do padrão heteronormativo sustentado por elas.

E é visando justamente essa desconstrução de (pre)-conceitos que propomos a revisão de culturas tão fortemente vinculadas a políticas e práticas excludentes que colocam o/as aluno/as em situação de exclusão dentro da escola. Desse modo, acreditamos que quando a escola aceita promover debates sobre temas tabus na comunidade escolar, ela está revisitando suas culturas e está promovendo meios de transgredir essas políticas de exclusão (como foi o caso do Reitor que propôs a criação de uma política institucional de gênero e diversidade sexual), a fim de modificar práticas como a da própria gestora que, se em um primeiro momento não sentiu-se empoderada o suficiente para considerar o que tenha levado o aluno a escolher a escola como um lugar de segurança em que ele poderia ser quem ele gostaria de ser ao obrigá-lo a trocar o uniforme, em outro momento levou a questão para dentro da gestão, o que não só possibilitou o diálogo com os alunos como levou para dentro da escola as discussões que envolviam as questões de gênero e sexualidade.

### **Considerações Finais**

A invisibilidade pode ser tanto física quanto social e pode ser produzida pela escola ou pelo próprio poder público. Quando nós, professores, permanecemos inertes a essas situações de preconceitos manifestados de diferentes formas e em diferentes níveis, proporcionamos que esse/as aluno/as façam parte de uma estatística que não para de crescer, a da criança e do/a adolescente invisível, excluído/a diante dos olhos da escola.

Nesse sentido, qual seria o verdadeiro papel da escola? De acordo com Marco Aurélio Máximo Prado, professor de psicologia da UFMG e pesquisador do NUH<sup>8</sup>, “a escola é o espaço de formação de cidadania mais importante nas sociedades atuais”. Por esse motivo, é essencial que a escola se posicione de alguma forma e, caso não saiba de que modo, deve buscar ferramentas, seja por meio de informação e/ou capacitação, uma vez que se a escola é a principal responsável pela formação de cidadãos para o mundo, não pode permitir que eles prossigam em sua fase adulta reproduzindo o preconceito e a homofobia pelo desconhecimento e ignorância.

É, pois, dever da escola acolher a todos sem exceção. Para tanto, ela pode se valer de diversos meios para discutir questões de homofobia dentro da sala de aula, tais como: discussões, brincadeiras e dinâmicas de grupo (como feiras de ciências, por exemplo) que possibilitem trazer à tona o debate a respeito da diversidade sexual dentro e fora dos muros da escola. “De forma geral, minha sugestão é que a escola abra essa temática, discuta com os alunos e ensine sobre a construção da sexualidade. Só entendendo como as pessoas se constroem sexualmente é possível aceitar o outro”, defende Maria Helena Vilela do Instituto Kaplan<sup>9</sup>.

Quando proporcionamos discussões acerca desse assunto, promovemos, também, o conhecimento de algo que, até então, era desconhecido, silenciado ou, até mesmo, omitido, a fim de não mais pactuar com esse tipo de violência. Assim, é interessante que o educador promova essas questões internamente com a intenção de se conhecer, conhecer seu próprio corpo, sua sexualidade e suas múltiplas possibilidades de sentir prazer para que, posteriormente, ele possa vir a aceitar e respeitar a(s) sexualidade(s) de seus alunos e romper, dessa maneira, com essa dificuldade/barreira tão presente no espaço escolar.

Outro exercício válido seria o questionamento acerca das sexualidades existentes com o intuito de percebê-las como uma construção em constante negociação com o outro e com o social, podendo este ser um questionamento fundamental para se problematizar e pluralizar a sexualidade. No entanto, como vimos, todas as identidades sexuais ocultadas são aquelas que divergem da norma heterossexual e que, muitas vezes, são guardadas em um jardim secreto, ausente de jardineiro, uma vez que são diferentes e não comungam das mesmas regras impostas pela heteronormatividade.

---

<sup>8</sup> Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT.

<sup>9</sup> Centro de Estudos da Sexualidade Humana – Instituto Kaplan. Mais informações em <http://www.kaplan.org.br>

Todos esses apontamentos nos levam, mais uma vez, para a importância de revisar culturas, políticas e práticas há muito enraizadas na escola, retirá-la do reino do príncipe Mangoggul e trazê-la para a contemporaneidade em que existem diversas configurações de família, gostos e preferências sexuais diversificadas que possuem a mesma importância na e para a sociedade que as demais. Assim, chegamos na questão fundamental do nosso artigo, que é o respeito às diferenças para que tantos outros ‘Petersons’ espalhados pelo Brasil possam encontrar em seus próprios colégios o mesmo conforto e espaço aberto à discussão proporcionado pelo Colégio Pedro II, de modo que encontrem na escola um espaço que, embora não preveja a homogeneização dos alunos, os trate como possuidores dos mesmos direitos dentro de suas complexidades e diferenças.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Thiago. Uma morte LGBT acontece a cada 28 horas motivada por homofobia. Disponível em: <[http://www.brasilpost.com.br/2014/02/13/assassinatos-gay-brasil\\_n\\_4784025.html](http://www.brasilpost.com.br/2014/02/13/assassinatos-gay-brasil_n_4784025.html)> Acesso em: 30 de mar. 2015.

BAPTISTA, Luis Antonio. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de faca. In: \_\_\_\_\_. A cidade dos sábios. São Paulo: Cultrix, 1989 apud DINIS, N. F.

**Homofobia e educação:** Quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. Editora UFPR.

BOOTH, Tony. e AINSCOW, Mel. **Index para a inclusão:** Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. 2ª ed. Edição: UNESCO/CSIE. Tradução: Mônica Pereira dos Santos. Produzido pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação – LaPEADE – FE – UFRJ: 2002. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br>

BORGES, Z. N. et al. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 21-38, jan/abr. Editora UFPR.

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Aula inaugural 2015: CII coloca em foco diversidade sexual e de gênero. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/ultimas\\_publicacoes/211-noticias2015/2481-aula-magna-2015-cpii-coloca-em-foco-diversidade-sexual-e-de-g%C3%AAnero.html](http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/2481-aula-magna-2015-cpii-coloca-em-foco-diversidade-sexual-e-de-g%C3%AAnero.html)> Acesso em: 15 de abr. 2015.

DINIS, N. F. **Homofobia e educação:** Quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. Editora UFPR.

FORASTIERI, André. Peterson, 14 anos, filho de gays, espancado pelos colegas: o que sua morte nos ensina. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2015/03/10/peterson-14-anos-filho-de-gays-espancado-pelos-colegas-o-que-sua-morte-nos-ensina/>> Acesso em: 30 de abr. 2015.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GUIA DE DIREITOS. Homofobia. Disponível em: <[http://www.guiadireitos.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1039:homofobia&catid=231:crimesdeodio](http://www.guiadireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1039:homofobia&catid=231:crimesdeodio)> Acesso em: 18 de mar. 2015.

GURGEL, W. B. **A morte como questão social**. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 27, jul/dez., 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGARINHO, M. C. **Direitos Humanos e Estudos Gays e Lésbicos: O que nós e Michael Foucault temos a ver com isso?** In: COSTA, H. et al. (Org). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2010, p. 67-74.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. Filho de pais gays morre após ser espancado. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/filho-de-pais-gays-morre-apos-ser-espancado.html>> Acesso em: 2 de abr. 2015.

SAWAIA, B. B. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In: SAWAIA, B. B. (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001 apud SANTOS, Mônica Pereira dos. **Formação de professores: exercitando propostas de inclusão**. In: ANAIS da VI Jornada de Pesquisadores do CFCH. Rio de Janeiro: UFRJ (2004).

SILVA, Ana Patricia da et al. **Paulo Freire – Pedagogia da diversidade?** V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife. 19 a 22 de Setembro de 2005. Disponível em: [http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes\\_orais/PAULOFREIRE-PEDAGOGIADADIVERSIDADE.pdf](http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/PAULOFREIRE-PEDAGOGIADADIVERSIDADE.pdf)

OLIVEIRA, Tory. Educar para conviver. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/carta-fundamental-arquivo/educar-para-conviver>> Acesso em: 8 de abr. 2015.

OTTO, Isabella. A verdade por trás do saíto, protesto em que alunos foram de saia para a escola. Disponível em: <<http://capricho.abril.com.br/vida-real/verdade-saiato-protesto-alunos-foram-saia-escola-799738.shtml>> Acesso em: 15 de abr. 2015.

SANTOS, Mônica Pereira dos; FONSECA, Michele Pereira de Souza; MELO, Sandra Cordeiro de. (Orgs). **Inclusão em Educação:** diferentes interfaces. Curitiba: CRV, 2009.

VENTURI, Gustavo. Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Disponível em: <<http://www.atms.org.br/arquivos/042011/pesquisas-sobre-questoes-lgbt.pdf>> Acesso em: 7 de mai. 2015.